

## LEI MUNICIPAL Nº 424/2013

*“Dispõe sobre a Criação do Fundo Social de Solidariedade do Município de Barra do Turvo - FUNSSOL e dá outras providências”.*

**HENRIQUE DA MOTA BARBOSA**, Prefeito Municipal de Barra do Turvo, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Barra do Turvo aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica Criado o Fundo Social de Solidariedade do Município de Barra do Turvo - FUNSSOL, vinculado ao Gabinete do Chefe do Executivo Municipal.

**Art. 2º.** O FUNSSOL terá como seus principais objetivos:

I. mobilização, a articulação e a motivação da comunidade, do poder público e da sociedade civil organizada a fim de atender ao desenvolvimento local integral da pessoa humana visando à melhoria da qualidade de vida e a cidadania plena no Município de Barra do Turvo;

II. Conceber, implementar e desenvolver, isoladamente ou em cooperação institucional, programas, projetos e serviços, em consonância com as Diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e com o Plano Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

---

III. Prestar apoio técnico, econômico-financeiro e operacional as entidades sociais e do terceiro setor regularmente constituídas e cadastradas junto ao FUNSSOL, através dos instrumentos legais específicos;

IV. Colaborar nos programas e projetos de desenvolvimento e assistência social;

V. Estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionado, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI. Estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade, na satisfação e na valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII. Contribuir com as políticas de micro finanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

VIII. Promover a exposição, divulgação e venda de produtos e peças artesanais confeccionadas nos cursos e oficinas ministrados no âmbito do Fundo, determinando o local de sua realização bem como a quantidade e preço dos produtos, observada, quanto a este último, sua compatibilidade com os preços praticados e iniciativas da mesma natureza.

IX. Celebrar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas no âmbito local, estadual e federal.

X. Outras competências que lhe forem atribuídas pelo Chefe do Executivo municipal.

**Art. 3º.** O Fundo Social de Solidariedade será dirigido por um Conselho Deliberativo composto de oito membros titulares e seus respectivos

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

---

suplentes, além do cônjuge do Chefe do Poder Executivo que presidirá o referido Conselho ou outra pessoa de sua livre indicação.

**§ 1º.** O Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade será composto da seguinte forma, a convite do prefeito, entre os quais poderão se incluir:

- I. 04 (quatro) representantes do Poder Público Municipal;
- II. 02 (dois) representantes de Entidade Religiosa do Município de Barra do Turvo;
- III. 02 (dois) representantes das Entidades Sociais do Município de Barra do Turvo regulamentadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS.

**§ 2º.** O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de dois anos renovável por igual período após a manifestação, por escrito, dos segmentos ali representados.

**§ 3º.** O Chefe do Poder Executivo poderá substituir a qualquer tempo, os membros impedidos de realizar o exercício de suas funções, ouvido o segmento correspondente.

**§ 4º.** O mandato de todos os membros do Conselho Deliberativo, inclusive da Presidência, será exercido sem qualquer remuneração direta ou indireta, e suas funções serão consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

**§ 5º.** O Conselho reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**§ 6º.** O Conselho Deliberativo poderá deliberar com a presença mínima da metade mais um de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

**Art. 4º.** Compete ao Conselho Deliberativo:

I. Aprovar a organização do serviços administrativos e técnicos;

II. Aprovar o plano de atividades anuais do Findo, acompanhando a sua respectiva execução;

III. Definir as diretrizes e os parâmetros à cooperação com órgãos e entidades sociais do Município.

IV. Valorizar, estimular e apoiar as iniciativas comunitárias;

V. Promover a articulação e a integração das ações da Prefeitura Municipal e com outras instituições públicas e privadas;

VI. Disciplinar e fiscalizar a arrecadação das receitas, a realização das despesas e a aplicação das disponibilidades financeiras;

VII. Aprovar anualmente e encaminhar à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, a demonstração da receita e da despesa do exercício anterior acompanhada dos respectivos comprovantes.

VIII. Opinar ao Chefe do Poder Executivo sobre a substituição dos membros impedidos de realizar o exercício de suas funções.

**Art. 5º.** Ao Presidente do Conselho Deliberativo do FUNSSOL, além de outras atribuições que lhe foram conferidas pelo Chefe do Executivo, compete:

I. em relação ao Conselho Deliberativo:



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

---

- a) exercer lhe a representação;
  - b) convocar e presidir as suas reuniões, estabelecendo-lhes a correspondente ordem do dia;
  - c) proferir voto de qualidade em caso de empate em suas votações;
  - d) supervisionar os trabalhos de secretaria e firmar a ata das respectivas reuniões;
  - e) editar os atos, normativos ou individualizados, necessários ao exato cumprimento de suas decisões;
- II.** em relação às atividades gerais:
- a) expedir atos e instruções para boa execução de dispositivos constitucionais, das leis e regulamentos no âmbito do FUNSSOL;
  - b) decidir sobre pedidos formulados em grau de recurso e as proposições encaminhadas pelos dirigentes das entidades nos assuntos referente ao Fundo;
  - c) superintender a execução dos serviços administrativos e técnico do Fundo;
  - d) designar seu substituto;
  - e) apresentar, Chefe do Poder Executivo, relatório das atividades do FUNSSOL;
  - f) manifestar-se sobre assuntos que devam ser submetidos ao Chefe do Poder Executivo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**g)** indicar e recomendar por meio de justificativa técnica a doação de bens e recursos financeiros, nos termos do estabelecido no artigo 2º desta Lei;

**h)** praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer das atribuições ou competências das unidades, autoridades ou serviços subordinados;

**i)** avocar ou delegar atribuições e competências, por ato expresso, observada a legislação pertinente;

**j)** tomar todas as medidas administrativas, financeiras e orçamentárias para a gestão do fundo.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A conta bancária do fundo será movimentada conjuntamente pelo presidente e dois membros do conselho deliberativo.

**Art. 6º.** Constituem Receitas do Fundo:

- I. as dotações orçamentárias, que lhe sejam destinadas;
- II. os auxílios e subvenções a ele concedidos por pessoas jurídicas de direito público interno, externo ou internacional;
- III. as doações, heranças e legados, com que seja contemplado;
- IV. os resultados de suas aplicações financeiras;
- V. outras vinculações de receitas municipais cabíveis.
- VI. quaisquer outras rendas, que lhe sejam atribuídas.

**§ 1º.** Todos os recursos destinados deverão ser contabilizados como receita orçamentária municipal e alocados através de dotações

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

---

consignadas na lei orçamentária ou de créditos adicionais, obedecendo a sua aplicação às normas gerais do direito administrativo e tributário.

**§ 2º.** O FUNSSOL deverá manter contas especiais, junto aos Bancos Públicos para depósito de doações e a movimentação dos valores mobiliários que se tenham disponíveis.

**§ 3º.** O conselho deliberativo emitirá mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa do mês anterior.

**Art. 7º.** A execução dos serviços administrativos e técnicos do FUNSSOL fica a cargo de funcionários e servidores públicos, postos à sua disposição sem prejuízo dos respectivos vencimentos e vantagens, e de empregados admitidos exclusivamente nos termos da legislação trabalhista.

**Art. 8º.** Esta Lei será regulamentada por Decreto no que lhe couber.

**Art. 9º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 004/83.

Barra do Turvo - SP, 05 de setembro de 2013.

**HENRIQUE DA MOTA BARBOSA**  
Prefeito Municipal

*Certifico para os devidos fins, que a presente Lei Municipal foi em 05 de setembro de 2013, publicado e afixado no local destinado à publicação dos Atos Administrativo e disponibilizado na íntegra no site da Prefeitura Municipal (<http://www.barradoturvo.sp.gov.br>).*

**VANDERSON DE MOURA MORAES**  
Secretário Municipal de Administração